

# **Desafios tributários do Brasil enfrentados pelas empresas japonesas**

**27 de outubro de 2020**

**Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil**

**Comissão Jurídica**

**Grupo de Trabalho Tributário e Aduaneiro: Koji Yoshida, Presidente  
(Head of Japan Desk of KPMG Brazil and South America)**



# Índice

- 1. Assuntos Tributários**
- 2. Resultado da Enquete sobre a Reforma Tributária (2020)**
- 3. Propostas e pedidos referentes à Reforma Tributária**
- 4. Assuntos Aduaneiros**



# Assuntos Tributários

# Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas



1. Regime tributário complexo
2. Frequência excessiva de revisão das regras
3. Dificuldade de restituir/compensar os impostos federais
4. Dificuldades do ICMS (Dificuldade de compensar os créditos e impacto do ICMS-ST no fluxo de caixa)
5. Regime de preços de transferência que não está em linha com as diretrizes da OCDE
6. Dificuldade em lidar com a auditoria fiscal
7. Excesso de contenciosos tributários, ações que se prolongam demais
8. Efeitos prejudiciais da aplicação dos incentivos fiscais
9. Incerteza em relação aos contratos de royalties

✂ Baseados na enquete realizada de junho a julho de 2019

# Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas



Desafios	Descrições
<b>Regime tributário complexo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Excesso de variedade de impostos e de número de declarações exigidas</li><li>➤ Acredita-se que o número de impostos indiretos obstrui ou está prejudicando a competitividade brasileira</li><li>➤ Muitas empresas japonesas dão alta importância à conformidade fiscal e gastam muito esforço e dinheiro na implementação de sistemas, na admissão de profissionais da área tributária e no aconselhamento junto a consultores fiscais para garantir o atendimento adequado.</li></ul>
<b>Frequência excessiva de revisão das regras</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ A frequência na revisão das regras gera instabilidade no regime tributário, além de conflitos entre as leis federais, estaduais e municipais</li><li>➤ Geração de custos para atender às mudanças frequentes (Implementação de sistemas, despesas de consultoria, etc.)</li></ul>
<b>Dificuldade de restituir/compensar os impostos federais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ É comum, principalmente para as empresas exportadoras, terem algum crédito tributário indireto federal retido. Apesar de restituível, o processo para obtê-la pode ser demorado (Caso máximo de 10 anos).</li><li>➤ Embora a compensação possa ser feita automaticamente pelo PER/DCOMP, existem casos em que a compensação não foi aprovada ao final.</li></ul>

# Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas



## Desafios

## Descrições

### Dificuldades do ICMS

- Muitas empresas possuem créditos de ICMS, o que prejudica o fluxo de caixa devido à lentidão do processo de eliminação (No estado de São Paulo, a eliminação é mais difícil porque não permite a restituição)
- Mesmo requisitando os regimes especiais, há vários casos em que o processo até a aprovação é muito demorado
- O impacto do ICMS-ST no fluxo de caixa é muito grande. Além disso, às vezes, é necessário tomar medidas diante de casos em que a margem estabelecida é maior do que a margem real, ou a taxa da margem é alterada com muita frequência, portanto a aplicação do ICMS-ST exige muito esforço e custo.

### Regime de preços de transferência que não está em linha com as diretrizes da OCDE

- Como o atual sistema tributário de preços de transferência do Brasil não está em linha com as diretrizes da OCDE, há muitos casos, no Brasil, em que surge a necessidade de pagar um imposto adicional, o que implica em bitributação.

### Dificuldade em lidar com a auditoria fiscal

- Muitas empresas estão recebendo auditorias fiscais e as seguintes observações têm surgido:
- Pareceres discrepantes entre os auditores
  - O tempo desde o aviso da auditoria fiscal até seu início é muito curto, o que torna a tomada de medidas extremamente difícil
  - Dados repetidos são exigidos
  - Dá a impressão de que falta equidade no pagamento de impostos

# Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas



Desafios	Descrições
<b>Excesso de contenciosos tributários, ações que se prolongam demais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Ações que se prolongam demais (ex. de casos acima de 20 anos)</li><li>➤ Existem ações diferentes que tratam do mesmo assunto</li><li>➤ Geração de custos, desde contratar colaboradores especializados ou encomendar os serviços de advogados para atender aos litígios</li><li>➤ A abundância de ações preocupam as empresas controladoras do Japão quanto ao risco potencial brasileiro e as fazem relutar a investirem no país</li></ul>
<b>Efeitos prejudiciais da aplicação dos incentivos fiscais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Ao tentar aplicar os incentivos, as condições são pouco claras (imprevisibilidade legislativa e incertezas no resultado), ou requisitos muito rigorosos que tornam a aplicação incerta</li></ul>
<b>Incerteza em relação aos contratos de royalties</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os contratos de pagamento de royalties às partes envolvidas precisam ser registrados no INPI. No entanto, há possibilidade de que o órgão não aprove a prorrogação.</li></ul>



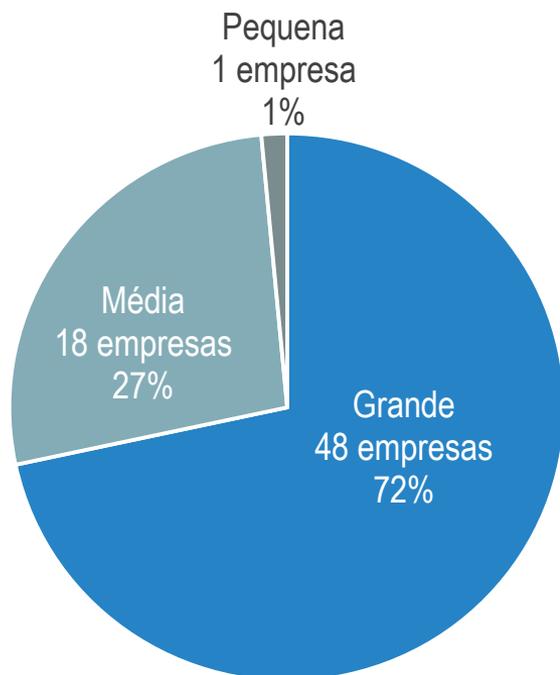
# Resultado da Enquete sobre a Reforma Tributária (2020)

Uma enquete (em japonês) sobre a Reforma Tributária implementada pelo Governo Brasileiro foi realizada para conhecer as exigências das empresas japonesas.

Previamente à enquete, foi realizado um seminário (em japonês) para as empresas associadas desta Câmara a respeito da proposta de Reforma Tributária enviada pelo Governo.

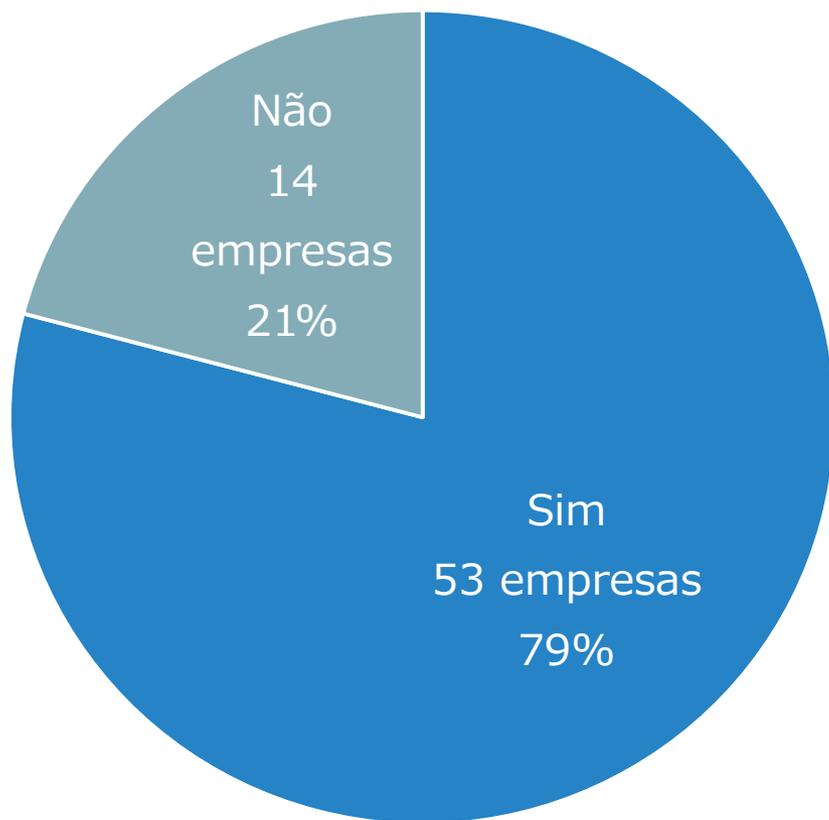
- Período da enquete  
16 a 25 de setembro de 2020
  
- Empresas-alvo da enquete e número total das empresas-alvo  
A enquete teve como alvo as 204 empresas japonesas estabelecidas no Brasil (empresas cujas matrizes se localizam no Japão)
  
- Número e empresas participantes da enquete  
66 empresas (32%)
  
- Descrição do conteúdo da enquete  
Questionário com 5 perguntas. (Mais um campo para pergunta com resposta livre)

# Impactos do Regime Tributário Brasileiro sobre os negócios



## 【Principais comentários】

- Os custos e esforços exigidos nos assuntos tributários são altos
- A influência do Crédito Tributário no balanço é muito grande
- O Crédito Acumulado de ICMS aumenta, mas o abatimento é demorado (Mesmo que o revenda, os descontos geram perdas)
- Medidas exigidas em ações e disputas judiciais
- A carga tributária por dupla ou tripla tributação é muito pesada
- As Reformas Tributárias frequentes impactam os negócios
- Falta de segurança jurídica
- Altas barreiras tributárias para a importação de produtos
- Medidas contra tributação de preços de transferência que não estão em linha com as diretrizes da OCDE
- Se uma concorrente desfruta dos benefícios de um incentivo fiscal e sua empresa não, a competitividade fica comprometida. No entanto, os requisitos para desfrutá-los exige um alto custo e uma enorme quantidade de homem-hora



## 【Principais comentários】

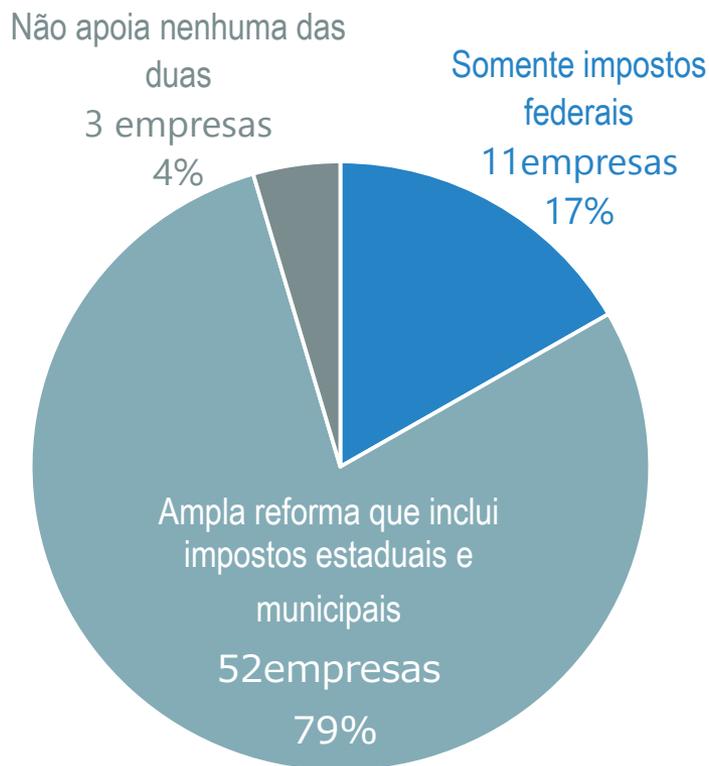
- **A simplificação do Sistema Tributário resultaria na redução de despesas e de esforço humano**

## Preocupações

- A exequibilidade é duvidosa, uma vez que ainda não há qualquer resultado prático. Há receio de que possa demorar muito
- Dúvidas quanto à eficiência das reformas porque as mudanças são consideradas insuficientes e ainda existe o período de transição
- Há receio de que possa gerar novos encargos. Ou a avaliação é difícil porque parece pouco provável que resulte em redução dos encargos tributários.
- Pedido de simplificação do sistema tributário, redução da autoridade estadual e centralização no Governo Federal.

# Qual Proposta de Reforma Tributária a Empresa Apoia?

(Somente inclui impostos federais OU ampla reforma tributária que inclui impostos estaduais e municipais OU não apoia nenhuma das duas propostas)



## 【Principais comentários】

- Não consideramos uma reforma tributária verdadeira, a menos que inclua o ICMS (aquele considerado uma das tributações mais complicadas)
- Mudanças mais amplas são desejáveis, mas uma reforma tributária extensa provavelmente levará mais tempo e é preciso começar com o que é possível (futuramente, é necessária uma reforma que inclui impostos estaduais e municipais)
- É desejável que o número de impostos seja reduzido na reforma tributária
- É necessária uma reforma mais equilibrada e que não seja muito parcial
- Já que é preciso fazer, que faça uma reforma mais profunda

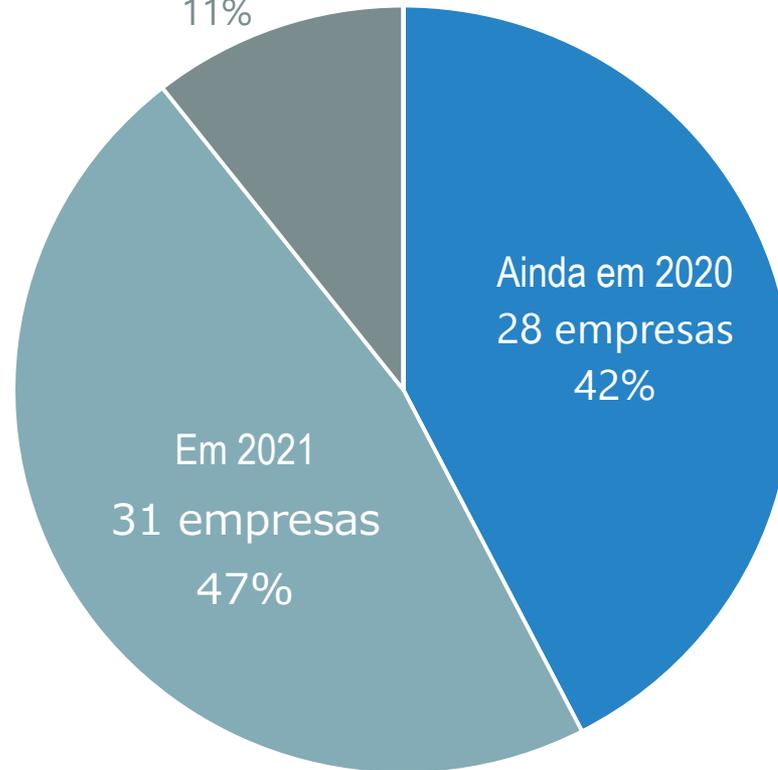
# Prazo desejado para que a proposta de reforma tributária seja promulgada



O mais rápido possível, de 2022 em diante

7 empresas

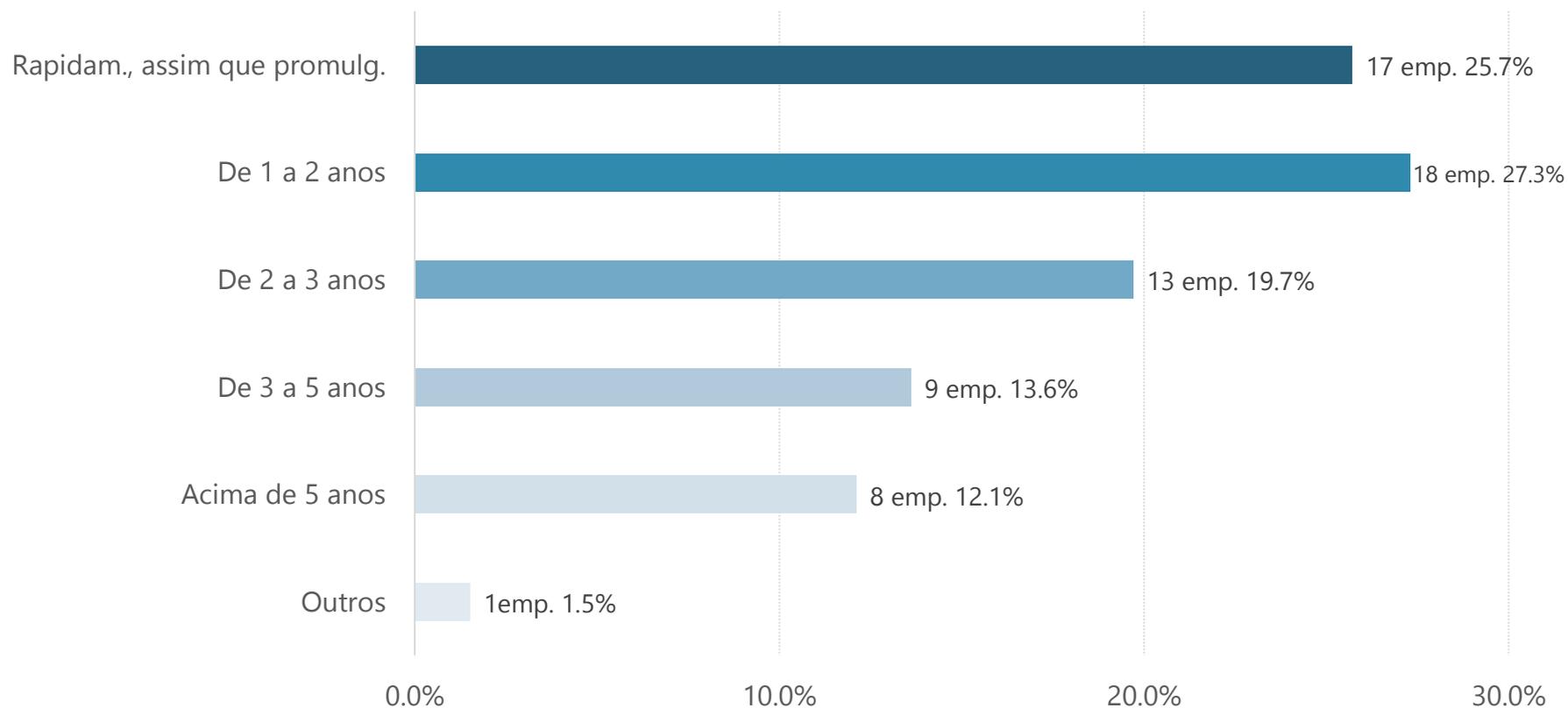
11%



Ainda em 2020  
28 empresas  
42%

Em 2021  
31 empresas  
47%

# A necessidade de um período de transição, caso as mudanças tributárias sejam implementadas



# A necessidade de um período de transição, caso as mudanças tributárias sejam implementadas



## 【Principais comentários】

- Consideramos que seja necessário ter um certo período de transição, mas não é desejável que seja longo demais (a maioria das empresas querem menos de 3 anos)

### Motivos para que seja necessário ter um período de transição

- No Brasil, é necessário ter um período de transição, pois leva tempo para a informação disseminar até os encarregados da ponta final.
- Sem um período de transição, é difícil estimar com precisão o impacto sobre o negócio. Além disso, se houver necessidade de reformular o sistema, será preciso gastar um tempo de implementação.
- Mudanças abruptas podem causar impactos significativos para as empresas
- Espera-se um período de transição resulte em uma transição mais suave para a Reforma
- Porque a relação entre a Reforma Tributária e os atuais benefícios fiscais de Manaus podem determinar o equacionamento sobre a continuidade dos negócios em Manaus.

### Desvantagens de ter um período de transição

- Durante o período de transição, a variedade de impostos aumentará, tornando o regime de tributação ainda mais complexo.
- Medo de que uma transição longa crie outros problemas.

# Outras opiniões sobre a Reforma Tributária

- Levando em conta os muitos custos gerados por diferenças tributárias e guerras fiscais entre os estados, temos esperança de ter uma ampla Reforma que inclua estados e municípios para a real eliminação do Custo Brasil.
- Processos judiciais oriundos de um sistema tributário não transparente não traz benefícios, nem para os contribuintes nem para o Governo. Além do mais, apesar da decisão do Supremo Tribunal de Justiça de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, o tratamento e a interpretação do ICMS continuam dividindo opiniões entre as empresas, e há necessidade de um sistema e medidas que possam remover a imprevisibilidade no Sistema Tributário
- Solicitação por um sistema que facilite a compensação do Crédito Acumulado de ICMS
- Criação de um ambiente para diálogo com as autoridades fiscais
- Embora pareça existir um direcionamento em prol de uma maior clareza à tributação da receita fiscal, também é desejável maior clareza sobre os gastos fiscais (legitimidade dos gastos).



# Propostas e pedidos referentes à Reforma Tributária

# Propostas e pedidos referentes à Reforma Tributária



1. Pedido por uma Reforma Tributária abrangente e fundamental que inclua impostos estaduais e municipais, simplifique o sistema e elimine as inconsistências
2. Uma vez que a retenção de créditos tributários tem um impacto significativo na realização de negócios no Brasil, pedimos um sistema fiscal que não retenha os créditos fiscais
3. Pedido por uma reforma que não acumule créditos para os bons contribuintes, especialmente no caso do ICMS. Extinção do ICMS-ST
4. Caso uma Reforma Tributária mais fundamental possa demandar um tempo excessivo, não realizar reformas que aumentem a insegurança ou que tragam mais complexidade ao sistema
5. Um período longo de transição tende a sobrecarregar as empresas, portanto, fazer uma transição com um período de tempo apropriado.
6. Pedimos que a tributação de preços de transferência fique em linha com as diretrizes da OCDE o mais rápido possível. Em caso de demora, como forma de eliminar os principais fatores de dupla tributação, considerar: (1) um sistema que considere o impacto das taxas de câmbio; (2) re-avaliar a margem de lucro quando for aplicar o Método PRL; e (3) considerar a introdução do sistema APA.
7. A fim de continuar a fazer negócios no Brasil, um contrato de royalties deve ser firmado e renovado continuamente junto à matriz e outras parceiras. Portanto, se for absolutamente necessária para realizar negócios no Brasil, é preciso, além de aprovar a prorrogação do contrato de royalties, também equacionar a tributação na totalidade, pois quando for alvo de impostos indiretos (como o CBS e outros) haverá aumento de carga tributária
8. Embora não se trate da RT, as seguintes melhorias são solicitadas junto às autoridades fiscais:
  - 1) Auditoria fiscal: Conduzir auditorias mais eficientes e adotar medidas que garantam a equidade no pagamento de impostos
  - 2) Contencioso tributário: Tomar medidas para reduzir o número de ações e acelerar o processo até o julgamento (por exemplo, resolvendo inconsistências legais, acelerando ainda mais os processos judiciais e outros)
  - 3) Comunicação harmoniosa entre as autoridades fiscais e os contribuintes



# Assuntos alfandegários

**Membros do Grupo de Trabalho Tributário e Aduaneiro**

**Colaboração: Toru Morita (Diretor assistente da Nippon Express do  
Brasil)**

**/ Masaharu Taniguchi (Diretor Comercial da Japan Desk da IDL Express)**

- **Extinção do AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante)**
- Compromisso com o lead time nos procedimentos de desembaraço aduaneiro (padronização do desembaraço, garantir precisão no tempo de desembaraço aduaneiro através de procedimentos claros)
- Aprimoramento das regras relacionadas às licenças de importação
- Incentivo ao sistema OEA (Operador Econômico Autorizado) (ampliar empresas certificadas OEA, realização de aprovação mútua entre Brasil e Japão)



**Muito Obrigado**